

**Marilda Villela Iamamoto**

**RENOVAÇÃO E  
CONSERVADORISMO  
NO SERVIÇO SOCIAL**  
Ensaio crítico

11ª edição

 **CORTEZ  
EDITORA**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Iamamoto, Marilda Villela  
Renovação e conservadorismo no serviço social / Marilda Villela  
Iamamoto. – 11. ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

Bibliografia  
ISBN 978-85-249-0330-4

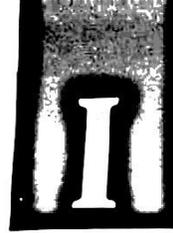
1. Assistentes sociais – Educação profissional. 2. Serviço social –  
Aspectos políticos. 3. Serviço social – Metodologia. I. Título.

92-1067

CDD-361.3

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Serviço social 361.3



# CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL

- *A herança conservadora do Serviço Social: atualização e busca de ruptura\**

## 1. Os fundamentos da herança conservadora

A compreensão das respostas dadas pelos Assistentes Sociais às novas determinações da “questão social” no capitalismo monopolista implica a retomada de algumas marcas de origem da profissão, marcas que subsistem hoje, redefinidas, e que conferem certos traços peculiares ao exercício desses profissionais. É preciso, em primeiro lugar, situar essas marcas de origem no bojo do *reformismo conservador*; e, em segundo lugar, acentuar como essa prática e sua justificação teórico-ideológica mudam de forma, preservando, no entanto, seus compromissos sociopolíticos com o conservadorismo, no decorrer da evolução do Serviço Social<sup>1</sup>.

---

\* Texto redigido em 1981, extraído da dissertação de mestrado “Legitimidade e Crise do Serviço Social: um Ensaio de Interpretação Sociológica da Profissão”, sob a orientação do Prof. Dr. Oriowaldo Queda. Piracicaba, Esalq/USP, 1982.

1. Não se trata de efetuar uma reconstrução histórica do Serviço Social no Brasil, mas apenas de resgatar certos traços de origem para os propósitos acima referidos. A retomada sintética de características da profissão no passado e de sua inserção na sociedade da época está baseada em: M. V. Yamamoto e R. de Carvalho. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez/Celats, 1982. Consultar também, R. de Carvalho. “Modernos Agentes da Justiça e da Caridade”. *Serviço Social e Sociedade*, n.º 2, ano I, março/1980. São Paulo, Cortez, pp. 43-71.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um *movimento social* mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no "mundo temporal", nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influência e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa. Fortalece-se defensivamente, e, diretamente orientada pela hierarquia, procura organizar e qualificar seus quadros intelectuais laicos para uma ação missionária e evangelizadora na sociedade. Contrapõe-se aos princípios do liberalismo e ao comunismo, que aparecem como um perigo ameaçador à sua posição na sociedade. O movimento de "reação católica" é respaldado em uma vasta rede de organizações difusoras de um projeto de recristianização da ordem burguesa, sob o imperativo ético do comunitarismo cristão, exorcizando essa ordem de seu conteúdo liberal. A Igreja luta, ainda, pela legitimação jurídica de suas áreas de influência dentro do aparato de Estado<sup>2</sup>.

A partir das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século, o debate sobre a "questão social" atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante dela. A Igreja a encara segundo os preceitos estabelecidos nas encíclicas papais (especialmente a *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*), fonte inspiradora das posições e programas assumidos diante dos "problemas sociais". Para a Igreja, "questão social", antes de ser econômico-política, é uma *questão moral e religiosa*. A sociedade é tida como um todo unificado, através de conexões orgânicas existentes entre seus elementos, que se sedimentam pelas tradições, dogmas e princípios morais de que a Igreja é depositária. Deus é a fonte de toda a justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios cristãos pode realizar a justiça social. A intervenção do Estado na "questão social" é legítima, já que este deve servir ao bem comum. O Estado deve assim preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos excessos da exploração da força de trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um, especialmente dos que necessitam de amparo. Mas o Estado não pode negar a independência da sociedade civil. Entre ele e os indiví-

2. Dentre a vasta rede de entidades católicas que dão suporte ao processo de mobilização do laicato pode-se citar: o Centro D. Vital, o Instituto de Estudos Superiores, a Ação Universitária Católica, a Liga Eleitoral Católica, os Círculos Operários criados a partir de 1932. Em 1935 é criada, segundo moldes europeus, a Ação Católica Brasileira, com ramificações no meio estudantil, operário etc.

duos existem os grupos sociais "naturais" (a família, a corporação, a nação etc.), organismos autônomos, mais que mera soma de indivíduos, que limitam a ação dominante do Estado. A Igreja deve compartilhar com este a atuação diante da "questão social", na tarefa de recristianização da sociedade através de grupos sociais básicos, especialmente a família. Impõe-se uma ação doutrinária e organizativa com o objetivo de livrar o proletariado das influências da vanguarda socialista do movimento operário e harmonizar as classes em conflito a partir do comunitarismo cristão<sup>3</sup>.

A partir desse suporte analítico e dessa estratégia de ação, a Igreja deixa de se contrapor ao capitalismo, e passa a concebê-lo através da "terceira via", que combate veementemente o socialismo e substitui o liberalismo pelo comunitarismo cristão.

Incorporando esses princípios, o Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da Igreja, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado leigo<sup>4</sup>. Aparece como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os "problemas sociais" de militantes, especialmente femininas, do movimento católico; a partir de um contato direto com o ambiente operário. Está voltado para uma ação de *soerguimento moral* da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças. Através de uma ação individualizadora entre as "massas atomizadas social e moralmente", busca estabelecer um contraponto às influências anarco-sindicalistas no proletariado urbano.

3. Ver: R. Della Cava. "Igreja e Estado no Brasil no Século XX". *Estudos Cebrap*, n.º 12, São Paulo, Cebrap, 1975; A. C. Villaça. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975; T. Bruneau. *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo, Loyola, 1974; L. W. Vianna. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975; J. A. R. Rodrigues. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel, 1968; A. A. Lima. *A Fundação das Duas Primeiras Escolas de Serviço Social no Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Serviço Social da PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1977, mimeo.; M. C. Yasbeck. *Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no Período de 1936-1945*. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC-SP. São Paulo, 1977.

4. Associações Assistenciais e do militantismo católico constituem as bases organizacionais e humanas mais importantes para a emergência da profissão no Brasil. Entre elas, pode-se citar a Associação das Senhoras Brasileiras, fundada em 1922 no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas, criada em 1923, em São Paulo. Em 1932 é fundado o Centro de Estudos e Ação Social, entidade feminina, que toma a iniciativa de criar a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, no ano de 1936, hoje Faculdade de Serviço Social da PUC-SP.

O Serviço Social aparece aos militantes desses movimentos como uma *alternativa profissionalizante às suas atividades de apostolado social*, num momento de profundas transformações sociais e políticas. A Ação Social e a Ação Católica<sup>5</sup> logo se tornam uma das fontes preferenciais de recrutamento desses profissionais.

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho.

Diferenciado da caridade tradicional, vista como mera reprodutora da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais. Distingue-se também da assistência pública, que, desconhecendo a singularidade e particularidade dos indivíduos, produz respostas não diferenciadas aos "problemas sociais". Atuando através de entidades filantrópicas privadas e através do Estado, o Serviço Social orienta-se para uma *individualização da proteção legal*, entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais. Desconhecendo o caráter de classe dos antagonismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento sócio-educativo da "clientela",

5. "A Ação Católica assinala o início de uma época nova na história da religião: quando ela, de concepção totalitária (no duplo sentido: de que era uma concepção total do mundo, de uma sociedade no seu total), torna-se parcial (também no duplo sentido) e deve possuir um *partido próprio* (...) A Ação Católica representa a *reação contra a apostasia de amplas massas*, impotente, isto é, *contra a superação de massa da concepção religiosa do mundo*. Não é mais a Igreja que determina o terreno e os meios de luta; ao contrário, ela deve aceitar o terreno que lhe impõem os adversários ou a indiferença e servir-se de armas tomadas de empréstimo de seus adversários (a organização política de massa). A Igreja, portanto, está na defensiva, perdeu a autonomia de movimentos e de iniciativas, não é mais uma força ideológica mundial, mas uma *força subalterna*. (...) Cristopoliti reconhece que a Ação Católica é uma *inovação*, e não, como dizem as encíclicas papais, uma atividade que sempre existiu desde o tempo dos apóstolos. Ela é *uma atividade estreitamente ligada, como reação*, ao Iluminismo francês, ao liberalismo etc. e à atividade dos Estados modernos pela separação da Igreja, isto é, à reforma intelectual e moral leiga bem mais radical (para as classes dirigentes) que a Reforma protestante; a atividade católica que começa a se configurar especialmente depois de 1848, do fim da Restauração e da Santa Aliança". A. Gramsci. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3.ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 280, 281, 283. (Grifos nossos.)

tratamento esse de *cunho doutrinário e moralizador*, amplamente haurido no senso comum da classe de origem desses profissionais. O Serviço Social se propõe, ainda, a uma *ação organizativa entre a população trabalhadora, dentro do programa de militância católica*, contrapondo-se às iniciativas provenientes de lideranças operárias que não aderem ao associativismo católico.

Esses elementos, sinteticamente expostos, permitem subsidiar a afirmativa de que o *Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador*. O processo de *secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão* — que se dá com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no ensino de Serviço Social — ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empiricista norte-americana. Este universo intelectual, ao invés de produzir rupturas profundas com as tendências pragmatistas da profissão, *as reforçam e atualizam*. O *Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando — na justificativa dessa ação — o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais*. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão "especial", voltada para os elevados ideais de "serviço ao Homem".

Para fundamentar essas afirmativas é preciso retomar algumas características do pensamento conservador e sua influência na análise sociológica.

O *conservadorismo moderno*<sup>6</sup>, que supõe uma forma peculiar de pensamento e experiência prática, é fruto de uma *situação histórico-social específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge*

6. As considerações sobre o pensamento conservador e sua presença nas Ciências Sociais têm por base as análises de: R. Nisbet. *La Formación del Pensamiento Sociológico*. Buenos Aires, Amorrortu, vol. I, 1969; R. Nisbet. "Conservadorismo e Sociologia". In: J. S. Martins. *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo, Hucitec, 1980, pp. 62-67; K. Mannheim. *Ensayos de Sociología y Psicología Social*. México, Fondo de Cultura Económica, 1963, cap. II, "El Pensamiento Conservador", pp. 84-183; K. Mannheim. *Ideologia e Utopia*. 3.ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1976; H. Lefebvre. *De lo Rural a lo Urbano*. Barcelona, Peninsula, 1974, cap. I. "Problemas de Sociologia Rural", pp. 19-38; e J. S. Martins. "As Coisas no Lugar" (Da Ambigüidade à Dualidade na Reflexão Sociológica sobre a Cidade-Campo). In: *Sobre o Modo Capitalista de Pensar*. São Paulo, Hucitec, 1978, pp. 43-82.

...vadorismo moderno, isto é, do tra-  
te histórico das tendências da ilustração<sup>7</sup>. Reage ao racionalismo, oponente pensamento com base no cálculo, necessário à universalização das relações de troca que se impõe quando a mercadoria passa a ser a mediadora por excelência das relações sociais e o lucro, o centro motor da sociedade capitalista.

A fonte de inspiração do pensamento conservador provém de um modo de vida do passado, que é resgatado e proposto como uma maneira de interpretar o presente e como conteúdo de um programa viável para a sociedade capitalista.

A comunidade se levanta contra a sociedade (para empregar a terminologia de Tönnies), a família contra o contrato, a certeza intuitiva contra a razão, a experiência espiritual contra a experiência material. Todos esses fatores, parcialmente ocultos na base mesma da vida cotidiana, são descobertos subitamente pela reflexão e se luta a favor deles<sup>8</sup>.

Os conservadores são assim "profetas do passado"<sup>9</sup>. Recorrendo a categorias típicas do racionalismo capitalista, elabora-se a exaltação deliberada de formas de vida que já foram historicamente dominantes, e que passam a ser consideradas válidas para a organização da sociedade atual<sup>10</sup>. Instaura-se, assim, uma tensão entre a concep-

7. Utilizando a técnica de análise de significações, Mannheim compreende o conservadorismo como um *estilo de pensamento*, um modo de conhecer e experimentar o mundo, que tem por base o destino dos grupos de classes sociais que são os seus portadores. O estilo de pensamento expressa, portanto, uma intenção básica, decorrente de um modo de vida. Enquanto ao modo de vida capitalista corresponderia o estilo de pensamento racionalista, o conservadorismo expressaria um modo de vida pré-capitalista, subsistindo como contracorrente entre camadas sociais que permaneceram "fora" do processo capitalista de racionalização: estratos camponeses, grupos pequeno-burgueses descendentes do artesanato e, ainda, nas tradições aristocráticas da nobreza. As relações irracionais entre os homens são levadas para a periferia da vida dos indivíduos, em suas esferas íntimas e privadas e para os grupos que vivem na periferia da nova sociedade. Cf. K. Mannheim. *Ensayos de Sociología y Psicología Social*, op. cit.; J. S. Martins, na obra supracitada, elabora uma crítica desse esquema analítico que é incorporada no presente texto. Cf. J. S. Martins, "As coisas no lugar...", op. cit.

8. K. Mannheim. *Ensayos...*, op. cit., pp. 100-101.

9. R. Nisbet. *La Formación del Pensamiento Sociológico*, op. cit., p. 26.

10. "O romantismo tratou de resgatar as forças irracionais reprimidas, lutou por elas, porém não advertiu que o mero fato de prestar-lhes uma atenção deliberada significa uma racionalização inevitável. O romantismo realizou uma ra-

ção e programas que veicula e o procedimento analítico que lhes dá base.

O que se constata é um "raptó ideológico"<sup>11</sup> de noções reinterpretadas no seu significado original e propostas como "válidas" para compreender e agir em um contexto histórico diferenciado daquele no qual emergiram. Essas noções são válidas, porém, para os que têm interesse em obscurecer as contradições próprias da sociedade capitalista, enfatizando, no nível analítico, apenas o que favorece sua própria coesão e reprodução e encobrando as desigualdades fundamentais nela produzidas.

Através desse mecanismo, o pensamento conservador deixa de se contrapor ao capitalismo. Aquela tensão referida — entre noções e idéias oriundas do passado, mas intencional e racionalmente ressuscitadas como ideologicamente válidas para responder às necessidades de explicação da própria sociedade capitalista — permite que ele seja articulado às intenções básicas da burguesia, isto é, seja uma forma de agir e de pensar a sociedade a partir da perspectiva dessa classe. Martins<sup>12</sup>, analisando a ambigüidade presente no pensamento conservador, sustenta que racionalismo e conservadorismo são duas maneiras de viver e de ver a sociedade, portanto dois pensamentos, integrados a um *único estilo de pensamento*, que exprime um modo de vida: o da sociedade capitalista.

O conservadorismo não é assim apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de idéias constitutivas da herança intelectual européia do século XIX, mas de idéias que, reinterpretadas, transmudam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade.

Essa análise não deve esquecer algumas peculiaridades do pensamento conservador e de sua presença nas Ciências Sociais contemporâneas para a compreensão do Serviço Social, que nasce e se desenvolve embebido em idéias conservadoras, incorporando as ambigüidades do reformismo conservador.

cionalização que a ilustração burguesa nunca havia feito... Quando o clima geral é racionalista até os elementos irracionais têm que ser submetidos à reflexão racional para serem entendidos. Assim o romantismo pode ser interpretado como uma recompilação ou um resgate de todas as atitudes e modos de vida definitivamente religiosos, reprimidos pela marcha do racionalismo capitalista, porém uma recompilação e uma conservação no *plano da reflexão*." K. Mannheim, op. cit., p. 101.

11. H. Lefebvre. *De lo Rural a lo Urbano*, op. cit.

12. J. S. Martins. "As Coisas no Lugar...", op. cit.

Dentre as características do pensamento conservador<sup>13</sup>, destaca-se sua vocação para o passado, terreno, germinativo da inspiração para a interpretação do presente. O passado é experimentado como virtualmente presente. A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade. Os elementos sagrados, irracionais, não utilitários da existência, são valorizados, em contraposição ao primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade. O conservador pensa à base do "nós"; o indivíduo não é uma partícula isolada e atomizada na sociedade, mas é parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais básicos. Reage a toda igualdade externa, que desconheça as particularidades individuais. Radicaliza-se a individualidade<sup>14</sup>: os homens são seres essencialmente desiguais, porquanto particulares. A liberdade é subjetivada: consiste na habilidade de cada indivíduo em desenvolver-se de acordo com as possibilidades e limitações de sua personalidade, com o núcleo de seu ser. O ser mais profundo do homem é sua individualidade e sua essência moral. Assim, a liberdade é levada, restritivamente, à esfera privada e subjetiva da vida, enquanto as relações "externas" e sociais devem ser subordinadas aos princípios da ordem, da hierarquia e da disciplina.

O conservador reage aos princípios universalizantes e abstratos do pensamento dedutivo: seu pensamento tende a aderir aos contornos imediatos da situação com que se defronta, valorizando os detalhes, os dados qualitativos, os casos particulares, em detrimento da apreensão da estrutura da sociedade. A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar. Sendo a organização da sociedade vista como fruto de uma ordenação natural do mundo, o conhecimento visa a um controle prático das situações presentes. O conservador elabora seu pensamento como reação a circunstâncias históricas e idéias que se afiguram ameaçadoras à sua influência na sociedade. O conservadorismo torna-se consciente, no plano da reflexão, como defesa, decorrente da necessidade de armar-se ideologicamente para enfrentar o embate das forças oponentes.

13. Cf. R. Nisbet. "Conservadorismo e Sociologia", op. cit.; e K. Mannheim. *Ensayos de Sociología*..., op. cit.

14. "O reformismo conservador consiste na substituição de fatores individuais por outros fatores individuais (melhoras); o reformismo progressista tende a suprimir um fato indesejável, reformando todo o mundo circundante que torna possível sua existência. Assim, pois, o reformismo progressista tende a atacar o sistema no seu conjunto, enquanto o reformismo conservador ataca detalhes particulares." K. Mannheim. *Ensayos de Sociología*..., op. cit., p. 116.

Sem qualquer pretensão exaustiva, estes são alguns traços que conferem um perfil ao conservadorismo, que adquire matizes específicos nas diversas correntes internas do próprio pensamento conservador e ante situações históricas particulares nas quais se expressa.

Considerando o conservadorismo moderno como fruto da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, Nisbet analisa sua influência no pensamento sociológico a partir do que denomina *idéias elementos* da sociologia<sup>15</sup>, a de maior chance e a mais fundamental é a noção de comunidade:

"Quando digo comunidade, quero significar algo que ultrapassa a mera comunidade local. A palavra, tal como a encontramos em grande parte dos pensadores dos últimos séculos, abarca todas as formas de relações caracterizadas pelo alto grau de intimidade pessoal, profundidade emocional, compromisso moral, coesão social e continuidade no tempo"<sup>16</sup>.

A força da comunidade provém de motivações mais profundas que o mero interesse racional; nela o homem é concebido como totalidade, e não a partir dos papéis que desempenha na ordem social. Seu modelo, do ponto de vista histórico, é a família. Os laços de comunidade passam a compor a idéia da "boa sociedade", estando

15. Nisbet elabora o estudo do pensamento sociológico a partir das *idéias elementos*, que formam, no seu entender, os elementos constitutivos da sociologia, a "medula" dessa disciplina científica, e persistem desde a época clássica da sociologia moderna até o momento presente. São elas: comunidade, autoridade, *status*, sagrado e alienação. Cada uma das idéias está associada a uma antítese, da qual deriva grande parte de sua significação: comunidade-sociedade, autoridade-poder, *status*-classe, sagrado-secular, alienação-progresso. O autor desenvolve sua análise a partir da hipótese de que o *ethos* do individualismo (indivíduo natural) e a visão da ordem baseada em interesses racionais não esgota o pensamento do século XIX. Verifica-se, aí, a reação do tradicionalismo contra a razão analítica, do comunalismo contra o individualismo, do não-racional contra o puramente racional, como resposta intelectual à situação da crise da época. É nesse processo que emerge o conservadorismo, caracterizado pela defesa da tradição social, de origem medieval, dela derivando a insistência nos valores supramencionados, incorporados pela sociologia moderna, embora esta se afirme como uma forma secularizada de conhecimento. O conservadorismo reage contra o igualitarismo, e o poder centralizado no povo, contra a substituição de valores sociais não-racionais por normas impessoais e efêmeras de contrato-utilidade, contra a decadência da autoridade política, social e religiosa; reage, ainda, à perda da liberdade medieval e à decadência da cultura pela sua difusão entre as massas. Ver R. Nisbet, *La Formación del Pensamiento Sociológico*, op. cit.; ver também, a análise crítica dessa perspectiva em J. S. Martins, "As Coisas no Lugar...", op. cit.

16. R. Nisbet. *La Formación del Pensamiento Sociológico*, op. cit., pp. 71-72.

na base do conceito do social, tal como é predominantemente utilizado pelos sociólogos<sup>17</sup>. O simbolismo da comunidade torna-se um meio de legitimação das relações sociais, um novo esquema de utopia.

A noção de comunidade permeia a produção dos autores clássicos da teoria sociológica; embora se apresente como uma forma secularizada de conhecimento, a sociologia incorpora o compromisso com o conservadorismo<sup>18</sup>. Nisbet assume a hipótese de que as preocupações da sociologia norte-americana de hoje com a ordem social, ajustamento/desajustamento social, integração/desintegração grupal, com a natureza da personalidade etc. estão enraizadas na tradição conservadora do pensamento europeu do século XIX, mais do que no sistema liberal, geralmente tomado como o fundamento da sociologia moderna<sup>19</sup>.

O Serviço Social nasce e se desenvolve na órbita desse universo teórico. Passa da influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios, para a sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos 40. Incorpora a noção de comunidade como matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional: Mas a comunidade é erigida como ótica de interpretação da sociedade capitalista quando já deixou de ter contrapartida histórica, isto é, quando a sociedade encontra-se estruturada não mais segundo os princípios das relações comunitárias,

17. "A sociologia, mais do que qualquer outra disciplina deste século, deu primazia ao conceito do social. O ponto que queremos insistir é, sem dúvida, que o referente ao social foi quase que invariavelmente o comunal. 'Communitas' e não 'societas' (com suas conotações impessoais) é a verdadeira fonte etimológica da palavra 'social', tal como a emprega o sociólogo em seus estudos sobre o parentesco, a economia, o sistema público." R. Nisbet. *La Formación del Pensamiento Sociológico*, op. cit., p. 82.

18. Nisbet demonstra como a noção de comunidade está presente na teoria sociológica: em Comte, a sociedade é considerada a comunidade *in extenso*, ser supremo do culto positivista; a comunidade como utopia está expressa no seu conceito de comunidade moral (comunidade perdida é comunidade que tem de ser ganha, é o tema que orienta tanto sua Estática como sua Dinâmica Social). Le Play introduz o estudo empírico substantivo da comunidade, através do estudo da família da classe trabalhadora (*Os Trabalhadores Europeus*, de 1855). Em Tönnies a comunidade aparece como tipologia, no *gemeinschaft* e *gesellschaft*: à noção de comunidade (no sentido definido por Nisbet) ele opõe a sociedade como um tipo de relação humana caracterizada por alto grau de individualismo, impessoalidade, contratualismo, procedente da volição e do puro interesse. A comunidade aparece também, como metodologia, em Durkheim, Simmel e Weber, tornando-se instrumento de análise da conduta reflexiva do ser humano. Ver: *La Formación...*, op. cit., especialmente cap. III.

19. R. Nisbet. *Conservadorismo e Sociologia*, op. cit.

mas conforme os parâmetros da racionalidade burguesa, da reprodução do capital.

Incorpora-se o princípio da solidariedade<sup>20</sup> como diretriz ordenadora das relações sociais, em tensão com seus fundamentos históricos concretos. As relações sociais passam a ser vistas invertidamente: a coisificação alienadora das relações que se estabelece no universo da mercadoria é obscurecida, fazendo reaparecer, na base mesma da sociedade, relações pessoais, solidárias, personalizadas.

É importante destacar que, na base desse conservadorismo, há um componente utópico assimilado pelo Serviço Social, fruto desse universo teórico, balizado pela filosofia humanista cristã. A comunidade ressurgiu aí como utopia<sup>21</sup>, nos quadros de um reformismo conservador, e orienta a ação profissional.

A comunidade como utopia contém um componente de resistência à organização social da sociedade capitalista, componente anticapitalista porque anti-societário: sua viabilidade histórica é dada pela supressão do capitalismo, pela supressão da mediação classificadora da mercadoria nas relações entre os homens<sup>22</sup>. Segundo Martins, contém um projeto de vida alternativo que busca efetivar, mas que é desprovido de base histórica, ao desconsiderar a estruturação da própria sociedade capitalista. Em consequência, o que pode ter subjetivamente

20. Ver as análises de J. S. Martins, incorporadas no desenvolvimento dessa reflexão: J. S. Martins. *A Imigração e Crise do Brasil Agrário*, op. cit. especialmente "O Camponês e a Comunidade Utóptica", pp. 13-28; "As Relações de Classe e a Produção Ideológica da Noção de Trabalho". In: *Contexto*, n.º 5. São Paulo, Hucitec, maio/1978, pp. 37-53.

21. Martins, analisando o camponês e a comunidade utópica, sustenta a respeito da utopia comunitária: "Enquanto visão de mundo que norteia o relacionamento numa formação social concreta, ela explica integralmente a vida camponesa, estabelecendo os nexos entre os elementos da situação como se não fossem referidos a outros componentes da formação capitalista". J. S. Martins. *A Imigração e Crise do Brasil Agrário*, op. cit., p. 29.

22. "(...) intersubjetivamente, a comunidade utópica constitui uma forma de resistência, passiva ou não, às rupturas estruturais da sociedade; objetivamente, porém, a utopia comunitária se insere dinamicamente nas relações sociais como resistência aos efeitos sociais dessas rupturas. Isto é, inverte o seu sentido. Alienadamente o camponês formula e desencadeia sua oposição à sociedade capitalista. Essa oposição fundada na utopia comunitária é anticapitalista, na medida em que é anti-societária, isto é, na medida em que antagoniza a idéia constitutiva e dominante do sistema que é a de sociedade, enquanto contrato, vínculo racional, fruto da razão abstrata, que se traduz num querer objetivamente dado." J. S. Martins. *A Imigração e Crise do Brasil Agrário*, op. cit., pp. 27-28.

um caráter de recusa é vivido objetivamente como confirmação da ordem vigente.

Enquanto os fundamentos do modo de vida veiculados pela utopia comunitária são redefinidos pelo capitalismo, essas redefinições não são apreendidas pela consciência dos agentes sociais, que permanece vinculada a um modo de vida estranho ao capitalismo. O que se apreende são os *efeitos* daquela redefinição, os quais se busca neutralizar.

Analisando a sociedade a partir do suporte teórico da noção de comunidade, do princípio da solidariedade como base ordenadora das relações sociais, o Serviço Social alia a este universo teórico um outro elemento: a filosofia social humanista cristã. Ao mesmo tempo, aprimora os procedimentos de intervenção incorporando os progressos do Serviço Social norte-americano no que se refere aos métodos de trabalho com indivíduos, grupos e comunidades. Ou seja: enquanto os procedimentos de intervenção são progressivamente racionalizados, o conteúdo do projeto de ação profissional permanece fundado no reformismo conservador e na base filosófica aristotélico-tomista.

Este arranjo teórico-doutrinário-operativo permite que a profissão mantenha o seu caráter missionário, atualizando as marcas de origem e atendendo, concomitantemente, às exigências de tecnificação que lhe impõe a modernização da sociedade e do Estado. Se isto permite que a proposta profissional se adapte às exigências da ordem burguesa, instaura-se na consciência dos agentes profissionais uma profunda ambigüidade: a ação — que é desencadeada, subjetivamente, como recusa aos “excessos de diferenciação social”, como forma de atenuar ou até mesmo de eliminar as injustiças sociais ou como missão a serviço do “homem” — transubstancia-se objetivamente numa prática que reforça os fundamentos da ordem alienadora, que produz e reproduz as desigualdades sociais. Em outros termos: os efeitos da ação profissional aparecem como uma negação dos propósitos humanistas que a orientam. Torna-se palpável a defasagem entre propósitos e resultados da ação, entre teoria e prática.

O pensamento humanitário incorporado pelo Serviço Social faz com que a humanização das condições de vida e de trabalho dos segmentos sociais que constituem a “clientela” atendida pelo profissional seja proposta como objetivo dentro das condições de trabalho alienado, que não são questionadas. Ele veicula a “ideologia do trabalho”<sup>23</sup> e confirma a condição do trabalho assalariado como elemento

constitutivo da ordem social “natural”, ao mesmo tempo em que propõe como objetivo fazer da prática profissional um instrumento de reconhecimento da pessoa do trabalhador, enquanto indivíduo particular, enquanto “sujeito”. Os efeitos da exploração capitalista do trabalho são reconhecidos e transformados em “problemas sociais”, justificadores da ação profissional; mas não se colocam em questão as razões históricas dessa exploração. Este esquema de percepção permite conciliar a concepção humanista-cristã de vida e a exploração burguesa do trabalho. Aí a exploração das classes é suposta e os esforços passam a se orientar no sentido de fazer com que burguês e operário sejam solidários, visto que sua condição comum, a de pertencerem a uma mesma “comunidade produtiva” e também de “seres humanos”, supera qualquer diferença social. Como as bases da organização social são tidas como dadas e não são questionadas em suas raízes, a solução entrevista limita-se à reforma do homem dentro da sociedade, para o que deve contribuir o Serviço Social.

Assim, as representações que orientam o conteúdo de um programa para a sociedade, embora preservem seu conteúdo utópico, não se contrapõem à ordem capitalista, e passam a ser mobilizadas e incentivadas pela própria burguesia e pelo Estado.

As características ressaltadas do pensamento conservador encontram-se profundamente enraizadas no discurso e na prática profissional, tornando-se parte integrante da configuração da profissão. Além da noção de comunidade já salientada, merece destaque a ênfase na formação social, moral e intelectual da família, considerada como célula básica da sociedade. Trata-se de um trabalho “educativo” entre a família operária, especialmente entre os mais carentes que têm acesso aos equipamentos sócio-assistenciais, com o objetivo de reforçar o núcleo familiar e integrar seus membros à sociedade. Buscam-se na história familiar os elementos explicativos de comportamentos individuais “anômalos” ou “desviantes” de um padrão tido como “normal”. A família, como grupo social básico, é erigida como núcleo do trabalho profissional e como referência para a apreensão da vida em sociedade, em contrapartida às classes sociais.

A individualização dos “casos sociais”, em detrimento do reconhecimento da situação social comum vivida pelos segmentos sociais que constituem a “clientela” do Serviço Social, é outra característica marcante dessa atividade profissional. Os indivíduos são encarados como seres únicos e particulares, com potencialidades a serem desenvolvidas, desde que estimuladas, cuja dignidade de seres humanos e

vida dos "clientes"; transformando-se em princípios e postulados universalizantes orientadores da ação profissional<sup>24</sup>.

Outro fator a considerar é a *tendência empiricista e pragmatista* que vem marcando essa prática profissional. Ganham relevo as atividades de pesquisa e classificação da população cliente, que sempre constaram como uma das atribuições básicas do Assistente Social, como pressuposto para a concessão de auxílios e benefícios sociais. Apenas o conhecimento empírico, mesmo que circunscrito à área sob intervenção, viabilizaria aquela interação. *Essa atividade de pesquisa, realizada muitas vezes através da visita domiciliar, busca na realidade identificar os elementos que compõem o modo de vida e de existência do proletariado, o que possibilita uma hierarquização dos riscos sociais a que estão sujeitos os indivíduos, famílias e grupos sociais, e a conseqüente delimitação de uma população, alvo preferencial a ser atingido pelos programas assistenciais e pelo próprio Serviço Social. A hierarquização dos riscos obedece a uma classificação baseada numa escala de "tipos de desajustamentos biopsicossociais" que estigmatiza e rotula a população, e informa aos organismos institucionais a atitude a assumir perante cada grupo, atitude que pode oscilar de medidas paliativas rotineiras à multiplicidade de iniciativas de intervenção e controle.*

Se o Serviço Social surge no seio do movimento católico, o processo de profissionalização e legitimação da profissão encontra-se estreitamente articulado à expansão das grandes instituições *ócio-assistenciais* estatais, paraestatais e autárquicas, que surgem especialmente na década de 40<sup>25</sup>. *A criação dessas grandes instituições tem como pano de fundo um período marcado pelo aprofundamento do modelo*

24. Dentre os postulados éticos e metafísicos para a ação do Serviço Social destacam-se: "a) postulado da dignidade da pessoa humana: que se entende como uma concepção do ser humano numa posição de eminência ontológica na ordem universal e ao qual todas as coisas devem estar referidas; b) postulado da sociabilidade essencial da pessoa humana: que é o reconhecimento da dimensão intrínseca à natureza humana, e, em decorrência do que se afirma o direito de a pessoa humana encontrar, na sociedade, as condições para sua auto-realização; c) postulado da perfectibilidade humana: compreende-se como o reconhecimento de que o homem é, na ordem ontológica, um ser que se auto-realiza no plano da historicidade humana, em decorrência do que se admite a capacidade e potencialidades naturais dos indivíduos, grupos e comunidades e populações para progredirem e se autopromoverem". "Documento de Araxá". *Debates Sociais*, n.º 4, ano III, maio/1967, p. 9.

25. Surgem nesse período o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), a Legião Brasileira de Assistência (1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) e o Serviço Social da Indústria (1946).

~~corporativista de Estado e por uma política econômica favorecedora da industrialização. A expansão do proletariado urbano, reforçada pela migração interna, cria a necessidade política de controlar e absorver esse setor. Nesse processo, o Estado tem de incorporar, necessariamente, parte das reivindicações populares, ampliando a base de reconhecimento legal da cidadania, do proletariado e dos direitos sociais daí decorrentes, através de uma legislação social e sindical abundante no período.~~

~~As grandes instituições assistenciais e previdenciárias emergem assim como parte dos esforços reformadores do Estado para responder às pressões das novas forças sociais urbanas. O Estado passa não só a intervir na regulamentação da força de trabalho, mas também no estabelecimento e controle de uma política assistencial intimamente vinculada às organizações representativas das "classes produtoras". Estas, progressivamente, confirmam sua adesão à política de controle social da ditadura varguista, ao perceberem que a "paz social" imposta através de uma legislação simultaneamente paternalista e repressiva reverte em rentabilidade econômica da empresa.~~

O surgimento dessas instituições representa uma enorme ampliação do mercado de trabalho para a profissão, tornando o Serviço Social uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e pelo conjunto dominante. Se o caráter de missão de apostolado social e a origem de classe dos "pioneiros" conferiam legitimidade à intervenção do profissional, agora essa legitimidade será derivada do mandato institucional, confiado ao Assistente Social, direta ou indiretamente, pelo Estado. A vinculação institucional altera, ao mesmo tempo, a "clientela" do Serviço Social: de pequenos segmentos da população pobre em geral, atingida ocasionalmente pelas obras sociais confessionais, seu público se concentrará em amplos setores do proletariado, alvo principal das políticas assistenciais implementadas pelas instituições. Este processo consolida a profissionalização do Assistente Social, que se torna categoria assalariada, e recruta seus membros entre os setores médios. Em suma, o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais.

Nesse processo de institucionalização, a profissão passa a ser crescentemente incorporada aos programas que concretizam as políticas sociais do desenvolvimentismo populista<sup>26</sup>, ideologia dominante

26. Ver, entre outros: *Anais do II Congresso Brasileiro de Serviço Social*. Rio de Janeiro, CBCISS, 1961, e S. B. Ammann. *Ideologia e Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo, Cortez, 1980.

após a Segunda Guerra. Esse processo permitirá também ao Serviço Social — da mesma forma como permitiu sua cooptação pelo Estado — manter, com algumas adequações, as características básicas da prática e do pensamento conservador, que o marcam desde a sua origem.

## 2. A atualização da herança conservadora

A atualização da herança conservadora aparece de forma mais destacada no “pós-64”, e informa as respostas dadas por parcela majoritária da categoria profissional às novas demandas que lhe são apresentadas no capitalismo monopolista. Essa atualização se manifesta em mudanças no discurso, nos métodos de ação e no projeto de prática profissional diante das novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, efetivadas pelo Estado e pelo grande capital, para atender às exigências da política de desenvolvimento com segurança. Traduz-se numa *modernização da instituição Serviço Social*. De um lado, é preciso aperfeiçoar o instrumental operativo, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, a sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, é preciso dar suporte técnico à ação profissional<sup>27</sup>. Uma crescente burocratização das atividades institucionais, resultante das reformas administrativas que atingem o aparelho de Estado, as grandes instituições assistenciais e as empresas, acompanha essas mudanças.

De outro lado, o discurso profissional se aproxima dos fundamentos da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais<sup>28</sup>.

27. Um dos exemplos mais expressivos desta modernização são os dois seminários de “Teorização do Serviço Social”, promovidos pela CBCISS com o apoio de órgãos governamentais e patronais, em Araxá (1967) e Teresópolis (1970), que tiveram ampla repercussão nacional e internacional entre os Assistentes Sociais. Os resultados desses eventos estão no “Documento de Araxá”. *Revista Debates Sociais*, n.º 4, ano III, Rio de Janeiro, CBCISS, maio/1967; e no “Documento de Teresópolis — Metodologia do Serviço Social”. *Revista Debates Sociais*. Suplemento n.º 4, 5.ª ed., Rio de Janeiro, CBCISS, set./1978.

28. Sobre a teoria da modernização, ver, entre outros: G. Germani. *Política y Sociedad en una Época de Transición*. Buenos Aires, Ed. Paidós, 1962; E. E. Hagen. *On the Theory of Social Change*. Homewood, Dorsey Press, 1962; D. Lerner. *The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East*. Nova York, The Free Press, 1958; L. Pinheiro Machado. “Alcances e Limites da Teoria da Modernização”. *Revista de Administração de Empresas* n.º 2, vol. 10. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, jul./set. 1970, pp. 169-192. F. H. Cardoso e E. Faletto. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. O. Ianni. *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

Expressa-se na prática profissional, numa perspectiva voltada para mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos do trabalhador, tendo em vista sua adequação aos novos ritmos de desenvolvimento. Este tipo de suporte científico mantém-se, porém, articulado à metafísica aristotélico-tomista que informa a base filosófica da visão de homem e da sociedade<sup>29</sup>, o que permite à profissão atualizar seu caráter missionário, preservando o seu componente utópico.

Diante do clima repressivo e autoritário, fruto das mudanças políticas da década de 60, os Assistentes Sociais refugiam-se, cada vez mais, em uma discussão dos elementos que supostamente conferem um perfil peculiar à profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional<sup>30</sup>. A tecnificação eufemiza o paternalismo autoritário presente na ação profissional e desenvolve métodos de imposição mais sutis que preconizam a “participação” do “cliente” nas decisões que lhe dizem respeito. Esta “participação” não prescinde do respeito à hierarquia<sup>31</sup> e à delimitação precisa de campos entre o técnico e o “paciente”<sup>32</sup>.

29. Ana Augusta de Almeida, comentando o Documento de Araxá, considera que a linguagem filosófico-científica empregada no documento revela a vinculação do chamado “modelo brasileiro no Serviço Social” a dois mundos culturais: “o do pensamento metafísico, aristotélico-tomista, que informa os conceitos, a lógica das categorias; o da intervenção, construída em termos técnico-científicos, numa abordagem estrutural (sic) inserida num contexto político-econômico com instrumental emprestado das Ciências Sociais”. A. A. Almeida. “O Movimento de Reconceituação no Brasil. Perspectiva e Consciência”. *Debates Sociais*, n.º 21. Rio de Janeiro, CBCISS, 1975, pp. 43-53.

30. “Na medida em que se fechava o caminho para uma crítica efetiva da vida social, o Serviço Social Brasileiro iniciou a crítica de suas próprias modalidades de intervenção. Em outras palavras: impossibilitado de questionar-se *socialmente*, o Serviço Social brasileiro se questionou *metodologicamente*. As preocupações sobre a função social do Serviço Social, a análise de seus valores ideológicos, o tratamento de suas implicações sociopolíticas, tudo isso foi substituído pelo excessivo cuidado com o instrumental que deveria ser utilizado no exercício profissional... O fetiche da *teoria metodológica* invade os círculos institucionalizados, transfere-se aos seminários profissionais e estende-se às atividades docentes... As construções teóricas se desenvolvem em instâncias de abstração tomadas diretamente do pensamento estrutural-funcional ou do discurso lógico do neopositivismo.” J. P. Netto. “La Crisis del Proceso de Reconceitualización del Servicio Social”. In: N. Alayón et alii. *Desafío al Servicio Social*. Buenos Aires, Humanitas, 1975.

31. Cf. D. Pignon e J. Querzola. “Ditadura e Democracia na Produção” e A. Gorz. “Técnica, Técnicos e Luta de Classe”. In: A. Gorz. *Crítica da Divisão do Trabalho*, op. cit., respectivamente, pp. 91-140 e 211-248.

32. J. A. Guillhon de Albuquerque. *A Metáfora da Desordem*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

Instaura-se, ao mesmo tempo, uma forte tendência, presente em segmentos específicos do meio profissional, à *psicologização das relações sociais*<sup>33</sup>, que privilegia problemas de desintegração e desadaptação social e funcional, isto é, problemas relacionais que devem ser tratados através do diálogo. Esta ênfase leva a dar prioridade às necessidades que transcendem as carências objetivas e materiais do cliente, isto é, os problemas existenciais que devem ser tratados profissionalmente. As exigências de sobrevivência são tidas como demandas secundárias para uma profissão que procura ultrapassar o estigma assistencialista. Os problemas materiais tendem a ser espiritualizados, transformados em dificuldades subjetivas, de adaptação social: dificuldades do *indivíduo* para se beneficiar dos recursos e oportunidades que a sociedade lhe oferece. O cliente não deve ser visto como um "pobre", mas como uma "pessoa": todos os cidadãos são clientes potenciais do Serviço Social, visto que todos podem apresentar problemas relacionais e afetivos que precisam de orientação psicossocial. Instaura-se, assim, uma tendência transclassista na consideração da clientela do Serviço Social, em choque com sua realidade efetiva, constituída dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. A psicologização das relações sociais permite preservar o julgamento moral da clientela, agora encoberto por uma aparência científica que tem por base rudimentos da psicanálise.

Subjacentes a esse processo de atualização da herança conservadora do Serviço Social, estão dois elementos que marcam, profundamente, o sentido da prática profissional e as percepções que os agentes têm dela. De um lado, questões de economia política transformam-se em problemas assistenciais<sup>34</sup>, e direitos da utilização de conquistas sociais do proletariado viram concessão de benefícios, os quais nunca foram vistos como direitos, mas como expressão de carências, "faltas", "desvios de personalidade" etc. Por outro lado, reforçam-se mecanismos que dificultam a apreensão dos reais efeitos da ação profissional. A reificação dos métodos e técnicas da intervenção, a burocratização das atividades, a psicologização das relações sociais, a absorção de uma terminologia mais adequada à estratégia de crescimento econômico acelerado são fatores, entre outros, que contribuem para encobrir na consciência do profissional as reais implicações de sua prática. Aprofunda-se a distância entre as pretensões teóricas dos profissionais e os efeitos de sua intervenção, enquanto agentes das

33. J. Verdès-Leroux. *Le Travail Social*. Paris, Les Editions de Minuit, 1978. Ver especialmente o cap. 2. "Técnica e Espiritualidade no Confronto de Classe", pp. 82-101.

34. O. Ianni. Pronunciamento, como membro da Banca Examinadora da Tese de Mestrado de Maria Luiza de Souza, PUC-SP, 18 de agosto de 1978.

políticas sociais do Estado. Nesta perspectiva, a resolução da "crise da profissão" reduz-se, constantemente, a um maior aperfeiçoamento técnico-instrumental; vincula-se ao reconhecimento, pelas instâncias responsáveis pela elaboração e implementação das políticas sociais, das potencialidades daquele instrumental, para atuar sobre a "questão social". Essa perspectiva implica a reafirmação e aprofundamento da subordinação do Serviço Social às necessidades da política estatal de dominação e controle das classes subordinadas e, portanto, a negação de qualquer veleidade crítica que ultrapasse os limites do sistema. Resume-se, na prática, à tentativa sempre renovada de se apresentar como alternativa confiável de enfrentamento da "questão social", ampliando o campo de ação profissional e a legitimidade dessa intervenção entre as instâncias mandatárias, aparecendo, ainda, secundariamente, a preocupação em tornar essa ação mais aceitável pela população "cliente".

### 3. A busca de ruptura com a herança conservadora

A análise da trajetória histórica do Serviço Social no Brasil aponta, como sugerido anteriormente, para a prevalência de um comportamento essencialmente conservador. Nota-se, a partir dos registros disponíveis, que é apenas no final dos anos 50 e início da década seguinte que se fazem ouvir as primeiras manifestações, no meio profissional, de posições que questionam o *status quo* e contestam a prática institucional vigente. Esses questionamentos emergem numa conjuntura marcada por uma situação de crise e de intensa efervescência política no Continente, no quadro do colapso dos populismos e de uma reorientação tática do imperialismo em relação às sociedades dependentes. Por outro lado, é nesse mesmo quadro conjuntural que o meio profissional começa a se ampliar e a se modernizar com rapidez, em consequência da multiplicação das escolas especializadas e da demanda objetiva do Estado e das empresas.

No plano político interno, essas manifestações coincidem com a intensificação da radicalização política que marca o período final do pacto populista e que tem por desfecho uma expressiva mudança na correlação de forças com o golpe de 1964.

O crescimento da organização dos trabalhadores urbanos e rurais se faz acompanhar de um processo de politização dos setores médios. Assume expressão uma "esquerda cristã", que passa a influenciar contingentes maiores de Assistentes Sociais, seja através das escolas, do movimento estudantil, seja pela convivência no interior do "bloco católico". A ideologia nacional-desenvolvimentista, especialmente

aquela produzida e difundida pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), é crescentemente absorvida por parcelas do meio profissional. Assim, a própria realidade apresenta questionamentos políticos que sensibilizam segmentos de Assistentes Sociais e se traduzem num início de revisão da prática da instituição "Serviço Social".

Com o movimento político-militar de 1964, essas manifestações são isoladas e obrigadas a refluir, reaparecendo apenas nas décadas seguintes. Apesar de a presença dessas tendências expressar um dado novo de significativa importância para o desenvolvimento posterior da profissão na busca de novas bases de legitimidade, a dimensão que assumem é restrita, e elas aparecem apenas como marginais e pouco definidas. Cabe considerar também que a crítica que essas correntes passam a explicitar e o contradiscurso que produzem não podem ser caracterizados ainda como uma ruptura com a herança conservadora do Serviço Social. Situam-se nos marcos do humanismo e do desenvolvimentismo, não atingindo as bases da organização da sociedade.

O aprofundamento desses dados recuperará o início dos debates dos anos 60, incorporando, ao mesmo tempo, os temas presentes na literatura profissional latino-americana representativa do "Movimento de Reconceitualização" do Serviço Social<sup>35</sup>, que questionam a perspectiva meramente modernizadora da profissão.

Se a modernização levada a efeito pela instituição se mantém dentro dos marcos do pensamento conservador, representando não mais que sua atualização, torna-se necessário qualificar o que se enten-

35. A literatura profissional produzida em países como Uruguai, Chile, Argentina e Peru é absorvida nas elaborações iniciais dessa nova perspectiva. Ver: D. Palma. *La Reconceitualización: Una Búsqueda en América Latina*. Buenos Aires, Ecro, Série Celats, n.º 2, 1975; N. Alayón et alii. *Desafío al Servicio Social*. Buenos Aires, Humanitas, 1975; V. P. Faleiros. *Trabajo Social: Ideología y Método*. Buenos Aires, Ecro, 1973; H. Kruse. *Introducción a la Teoría Científica del Servicio Social*. Buenos Aires, Ecro, Série ISI/1, 1972; N. Kisserman. *Sete Estudos sobre o Serviço Social*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978; E. Ander-Egg. *El Servicio Social en la Encrucijada*. México, Umets, 1971; L. Lima e R. Rodrigues. "Metodologismo: Estallido de una Época". In: *Acción Crítica*, n.º 2, Lima, Celats/Alaets, jul./1977; L. Lima. "Marchas y Contra-marchas del Trabajo Social: Repasando la Reconceitualización". In: *Acción Crítica*, n.º 6, Lima, Celats/Alaets, dez./1979; B. Lima. *Contribuição à Metodologia do Serviço Social*. Belo Horizonte, Interlivros, 1976; J. P. Netto. "A Crítica Conservadora à Reconceitualização". *Serviço Social e Sociedade*, n.º 5, São Paulo, Cortez, ano II, mar./1981; H. I. Junqueira "Quase Duas Décadas de Reconceitualização do Serviço Social: Uma Abordagem Crítica". *Serviço Social e Sociedade*, n.º 4, São Paulo, Cortez, dez./1980.

de por ruptura com aquela herança, evitando uma perspectiva maniqueísta e ou particularista na análise da profissão.

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento "interno" da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las.

Entendida numa dimensão processual, essa ruptura tem como pré-requisito que o Assistente Social aprofunde a compreensão das implicações políticas de sua prática profissional, reconhecendo-a como polarizada pela luta de classes. Em outros termos, o profissional é mobilizado na implementação de políticas sociais que trazem no seu bojo interesses divergentes e antagônicos que o exercício profissional, contraditoriamente, reproduz, já que tende a ser cooptado por uma das forças em confronto. Essa compreensão é básica para tornar possível que o Assistente Social faça uma opção teórico-prática por um projeto coletivo de sociedade e supere as ilusões de um fazer profissional que paira "acima" da história. Isso implica, por sua vez, o enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural.

A interação entre o aprofundamento teórico rigoroso e a prática renovada, politicamente definida, constitui elemento decisivo para superar as artimanhas ideológicas incorporadas pela profissão em sua evolução histórica: o voluntarismo, a prática rotineira e burocratizada, as tendências empiricistas, o alheamento central do modo de vida do povo e o desconhecimento do saber popular etc.

O posicionamento crítico — que passa a ser assumido nos últimos anos por uma parcela minoritária, embora crescente, de Assistentes Sociais — emerge não apenas de iniciativas individuais, mas como resposta às exigências apresentadas pelo momento histórico. Torna-se possível à medida que o contingente profissional se expande e sofre as consequências de uma política econômica amplamente desfavorável aos setores populares. Nessa conjuntura político-econômica em que já não se podem ignorar as manifestações populares, em que os movimentos sociais e o processo organizativo de diversas categorias profissionais se revigoram, a prática do Assistente Social passa a ser analisada a partir das implicações políticas do papel desse intelectual

vinculado a um projeto de classe. Verificam-se ~~tentativas de ruptura~~ de parte do meio profissional com o papel tradicionalmente assumido, na procura de somar-se às forças propulsoras de um novo projeto de sociedade. A isso se alia a ~~busca de fundamentos científicos mais sólidos~~ que orientem a atuação, ultrapassando a mera atividade técnica. Questiona-se, inclusive, que tipo de orientação teórico-metodológica deve informar a prática e como esta pode ser repensada a serviço da produção de conhecimentos voltados para os interesses dos "setores populares" e de sua organização autônoma. Essa nova qualidade de preocupação com a prática profissional visa ainda resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, na criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação.

É importante frisar que essa perspectiva se traduz, presente-mente, em experiências levadas a efeito por grupos profissionais, num trabalho de organização popular, de assessoria a movimentos sociais urbanos, através de Universidades, de organismos públicos, da Igreja etc. ~~Isso se reflete na estruturação dos cursos, que orientam os currículos para uma maior incorporação das Ciências Sociais, ampliando a bagagem teórica dos profissionais~~<sup>36</sup>. ~~Amplia-se, ao mesmo tempo, o processo de organização da categoria profissional, através da criação e dinamização de suas entidades representativas que vêm marcando presença nos movimentos e no processo de organização dos trabalhadores. O balanço crítico rigoroso dessas experiências permitirá empreender reavaliações necessárias a essa prática alternativa~~<sup>37</sup>.

36. Uma das experiências pioneiras, no âmbito da formação profissional, na tentativa de romper com a herança conservadora do Serviço Social, ocorreu, ainda nos inícios da década de 70, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, e está documentada através dos seguintes trabalhos: L. S. Lima et alii. "A Prática como Fonte de Teoria". Escola de Serviço Social da UCMG, jun./1971, mimeo.; L. S. Lima et alii. "A Relação Teoria-Prática no Serviço Social". In: *Compendio sobre Metodología para el Trabajo Social*. Buenos Aires, Ecro, série ISI/4, 2.ª ed., 1976, pp. 76-178; L. S. Lima et alii. "Proyecto de Reestructuración de la Escuela de Trabajo Social de la Universidad Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte)". In: *Compendio sobre Reestructuración de la Carrera de Trabajo Social*. Buenos Aires, Ecro, série ISI/5, 1973, pp. 25-67; "Análise Histórica da Orientação Metodológica da Escola de Serviço Social da UCMG-BH", mimeo., 1974.

37. Nesse sentido, é importante destacar a percepção que a população "cliente" forma da prática geral dos Assistentes Sociais e, especialmente, das recentes iniciativas. Segundo pesquisa realizada em 1980, pode-se verificar que a população/"cliente" distingue as diferentes posturas e posições de classe que informam a prática profissional, percebendo, inclusive, as implicações institucionais de seu trabalho. Assume, ao mesmo tempo, uma posição vigilante perante o pro-

~~A discussão do papel profissional dentro da linha de ruptura com a herança conservadora do Serviço Social deve passar por duas ordens de consideração relativamente ao meio profissional dos Assistentes Sociais. Embora alguns de seus segmentos tenham o propósito de se transformar em intelectuais orgânicos do proletariado, essa postura não é regra para o todo da categoria dos Assistentes Sociais. É preciso também considerar as relações da categoria — enquanto expressão dos estratos médios — com o conjunto da classe trabalhadora, no processo de construção de uma nova hegemonia que, tendo por centro o proletariado, seja capaz de incluir em seu projeto para a sociedade as aspirações específicas dos setores médios que lhe são mais próximos. O debate sobre o significado e a direção social da prática profissional deve ser incentivado no meio dos Assistentes Sociais, para que se ampliem as bases de um exercício profissional que respeite e contribua para a defesa do espaço democrático, da participação popular no momento histórico presente.~~

fissional que lhe é apresentado, recusando os que assumem uma posição controladora e tutelar ante o movimento popular. Ver a respeito: D. Pierre et alii. "O Trabalho Social de Organização Popular em Instituições Públicas". *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.º 6, ano III. São Paulo, Cortez, 1981, pp. 67-98.